

# Impérios alimentares ameaçam a vida

> O mundo vive a era da artificialização, da padronização e do controle dos processos que vão da produção ao consumo de alimentos. A sociedade enfrenta, ainda, o “nutricionismo”, fenômeno que trata a comida como mercadoria resultante da simples somatória de nutrientes e a alimentação como ato individualizado e desprovido de valores sociais e culturais. Essa sanha, que visa exclusivamente a

obtenção de cada vez mais lucros, é comandada por um reduzido grupo de empresas transnacionais ligadas ao setor do agronegócio, da indústria de alimentos e das redes de supermercado.

Esta edição do jornal ALDEIA, da FASE Programa Amazônia, se dedica a esta reflexão.

A partir do olhar da professora Vanessa Schottz, do curso de Nutrição da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e

integrante do Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN) e do Grupo de Trabalho de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia, se pode iniciar um amplo debate acerca do tema (>Páginas 4 e 5).

Esta edição se dedica a temáticas voltadas à 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, que se realizará este ano, à Conferência

Estadual no Pará, prevista para ocorrer em agosto próximo, e às conferências municipais. É necessário aproveitar essas oportunidades para se fortalecer a discussão sobre o direito humano à alimentação adequada e avançar na luta pela segurança alimentar e nutricional (SAN) e de sua implementação como política pública nas esferas municipais (>Página 8).

Experiências em comunidades

do interior paraense são apresentadas aqui (>Páginas 2, 3 e 6). Elas são a prova de que é possível traçar outro rumo para a produção e o consumo de alimentos.

E os preparativos para o VIII Fórum Social Pan-Amazônico, marcado para acontecer em outubro de 2016 na cidade de Tarapoto, no Peru, estão a todo vapor (>Página 7).

Boa leitura.



# Agrotóxicos no Brasil: uma destruição em massa

## ■ Fran Paula

Engenheira agrônoma e educadora da FASE Mato Grosso

**I**números são os alertas para os riscos que os agrotóxicos representam à saúde da população e ao meio ambiente. Por se tratarem de produtos tóxicos, pode-se considerá-los armas de destruição em massa, que vêm sendo utilizadas livremente no Brasil de forma explícita e indiscriminada, que letal e lentamente vêm colocando a saúde da população em risco.

Para compreendermos como o Brasil se tornou o maior consumidor de agrotóxicos do mundo, precisamos associá-lo ao avanço do agronegócio e o seu insustentável modelo de produção agrícola, que não produz alimentos, concentra a terra, utiliza toneladas de produtos químicos em suas lavouras. Outro fator a se ressaltar é a deficiência que o país apresenta para controlar e frear o uso destas substâncias, haja vista que hoje têm-se um congresso dominado por uma bancada ruralista compactuada com multinacionais e empresas representantes da indústria química, que só em 2014 lucraram US\$ 12 bilhões em faturamento (Andef).

Nos últimos 10 anos, o uso de agrotóxicos aumentou em 288%. Esse volume foi consumido por vários tipos de cultura agrícolas, com elevado percentual em grãos e commodities, como soja e algodão.

Um cenário que permite desde o uso de substâncias que não pos-

suem registro no país, através das chamadas “emergências” fitossanitárias, a produtos que são proibidos, ou seja, foram banidos em outros países devido ao grau de toxicidade e ao risco para a população e o meio ambiente.

O Brasil se tornou uma grande lixeira tóxica destas substâncias que contaminam o ar, as águas, os solos e os seres vivos. Expondo a sua população a doses diárias de veneno.

Há hoje no país e no mundo evidências suficientes para a retirada imediata dos agrotóxicos do mercado. Várias destas evidências estão contidas no dossiê recém-lançado pela Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), que comprova os impactos causados pelos agrotóxicos na saúde.

Segundo o dossiê, 70% dos alimentos in natura consumidos no país estão contaminados por agrotóxicos. Desses, segundo a Anvisa, 28% contêm substâncias não autorizadas.

Segundo os dados do Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (Para), realizado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), nos anos de 2011 e 2012 foram analisadas as seguintes amostras, que apresentaram culturas e resultados insatisfatórios seja pela presença de agrotóxicos não autorizados, acima do limite permitido e/ou acima do limite e não autorizados (veja quadro nesta página).

Há no Brasil a urgente necessidade da implementação imediata do Programa Nacional de Redução dos Agrotóxicos (Pronara), criado em 2014 através da Política Na-



cional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) (decreto 7.794/2012).

Diante desse cenário é que diversas organizações e instituições comprometidas com a saúde do povo brasileiro se posicionam contrárias ao uso de agrotóxicos, e vem cobrando do governo brasileiro medidas de controle e fiscalização.

Estas instituições e outros movimentos sociais se somam à Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida na denúncia acerca dos impactos causados pelos agrotóxicos e ao mesmo tempo defendendo a agroecologia e a reforma agrária como caminhos para pôr fim ao uso de agrotóxicos no Brasil, construindo um país mais saudável e justo.

## Sugestões de links para consulta

■ [http://www1.inca.gov.br/inca/Arquivos/comunicacao/posicionamento\\_do\\_inca\\_sobre\\_os\\_agrotoxicos\\_06\\_abr\\_15.pdf](http://www1.inca.gov.br/inca/Arquivos/comunicacao/posicionamento_do_inca_sobre_os_agrotoxicos_06_abr_15.pdf) . - Documento INCA/ Agrotóxicos e Câncer.

■ [http://portal.anvisa.gov.br/wps/wcm/connect/58a-5580041a4f6669e579ede61db78cc/Relat%C3%B3rio+PARA+2011-12+-+30\\_10\\_13\\_1.pdf?MOD=AJPERES](http://portal.anvisa.gov.br/wps/wcm/connect/58a-5580041a4f6669e579ede61db78cc/Relat%C3%B3rio+PARA+2011-12+-+30_10_13_1.pdf?MOD=AJPERES) - Aanvid (2013).

■ <http://abrasco.org.br/dossieagrotoxicos/> - dossiê Abrasco.

■ <http://www.contraosagrotoxicos.org/> - Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida.

■ <http://www.agroecologia.org.br/index.php/publicacoes/publicacoes-da-ana/publicacoes-da-ana/Cartilha-do-programacao-nacional-de-reducao-de-agrotoxicos-pronara/download> - cartilha Pronara Já.

Produto	Amostras analisadas em 2011	Amostras insatisfatórias em 2011	Amostras analisadas em 2012	Amostras insatisfatórias em 2012
Pimentão	213	89%	0	-
Cenoura	152	67%	229	33%
Morango	0	-	211	59%
Pepino	200	44%	264	42%
Alface	134	43%	0	-
Abacaxi	0	-	210	41%
Laranja	0	-	227	28%
Uva	208	27%	0	-
Mamão	191	20%	0	-
Arroz	162	16%	261	1%
Tomate	151	12%	0	-
Feijão	217	6%	0	-
Maçã	0	-	263	8%



REALIZAÇÃO



APOIO



FASTENOPFER

HEINRICH BÖLL STIFTUNG  
The Green Political Foundation

FASE: Rua Bernal do Couto, 1329.  
Umarizal. CEP 66.055-080. Telefone:  
(91) 4005-3773. Fax: (91) 4005-3750.  
E-mail: amazonia@fase-pa.org.br.  
Site: www.fase.org.br.

# Mulheres e agroecologia no Baixo Tocantins: caminho em construção

■ **Cláudia Pojo**

Educadora da FASE Amazônia

As consequências avassaladoras e insustentáveis proporcionadas pelo agronegócio, materializadas na degradação ambiental, na desestruturação de modos de vida de comunidades tradicionais e povos indígenas e no aumento das desigualdades na Amazônia, têm sido enfrentadas com todo vigor por inúmeros grupos de mulheres. É evidente que as relações cotidianas continuam orientadas dentro e fora de casa pelo machismo, a violência e a dificuldade de acesso das mulheres às políticas que possibilitem sua autonomia econômica e o reconhecimento do seu trabalho diário para garantir o sustento da sua família. Contudo, muitos avanços estão ocorrendo e é sobre isso que vamos falar.

**O que fazer diante de uma lógica que privilegia o mercado em detrimento dos direitos das mulheres?**

Na busca de enfrentar situações como essas, ainda não superadas, vários Movimentos de Mulheres, ONGs, e alguns setores do governo ao longo de décadas têm procurado desenvolver iniciativas que fortaleçam a luta pela igualdade de direitos e autonomia das mulheres. Em 2014 por meio de uma parceria entre Universidade Federal do Pará/Ministério do Desenvolvimento Agrário (UFPA/MDA), FASE Programa Amazônia e a Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (ASSEMA) foi possível a execução do Projeto “Fortalecimento de Práticas Agroecológicas por Mulheres de Unidades de Produção Familiar da Amazônia” (2014-2016), desenvolvido em 03 Regiões: Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Anapu, no Baixo Tocantins, e em Santo Antônio do Tauá, no Pará; e Vale do Médio Mearim, no Maranhão. Essa iniciativa tem possibilitado através das oficinas, reuniões e encontros debater um conjunto de questões presentes na realidade na qual as mulheres produtoras agroextrativistas estão inseridas.

No Baixo Tocantins e em Santo Antônio Tauá a FASE Amazônia está acompanhando 11 comunidades, nas quais foram desenvolvidas oficinas com mulheres sobre práticas agroecológicas, momentos em que foram levantados os desafios enfrentados por elas, como o avanço de grandes projetos do agronegócio, entre eles o dendê, a pecuária extensiva, ausência de assistência técnica pública de acordo com a realidade de suas práticas (quintais, roças, hortas); falta de acesso a créditos e fomentos, violência doméstica, uso de agrotóxicos nos lotes, como Randup e Barragem, desconhecimento de políticas como

os Programas de Aquisição de Alimentos (PAA) e Nacional de Alimentação e Nutrição escolar (PNAE), entre outros. Ainda no campo das políticas públicas temos um exemplo do distanciamento das mulheres em relação aos programas de incentivo e apoio como o PRONAF Mulher, que no Baixo Tocantins é uma realidade distante e de total inacessibilidade, seja pela burocracia para acessar o crédito até o desconhecimento do mesmo. Outra demonstração do grau de dificuldade enfrentado por elas diz respeito à execução de ações via o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), que até o momento não foi incorporado pelo estado, tampouco pelos municípios como ação estratégica.

Apesar de todas essas dificuldades, foi possível identificar a partir do trabalho com as mulheres um campo rico de oportunidades, capaz de melhorar significativamente sua renda, autonomia e a segurança alimentar com qualidade nutricional. Essa riqueza encontra-se presente nos seus lotes através da fruticultura de várias espécies ao longo do ano, criação de pequenos animais, produção de biscoitos com sabores locais, artesanatos com matéria prima da floresta, práticas de trabalho em mutirão, troca de saberes entre as várias gerações. Todavia, é preciso que esses potenciais estejam organizados e articulados em vários espaços, do local ao regional.

Neste sentido, as ações desenvolvidas estão contribuindo à construção de um novo cenário para as mulheres dessas regiões, como: melhoria das suas capacidades produtivas através da transição agroecológica, da troca de sementes crioulas, organização da produção e criação de pequenos circuitos locais de comercialização, animação dos jovens e das gerações antigas das comunidades para que participem conjuntamente das iniciativas em execução. Em Igarapé-Miri, por exemplo, a Feira Agroecológica promovida pelo STTR tem servido para fortalecer e ampliar a participação das mulheres na economia local, na geração de renda para as famílias e na vida política do sindicato, entre outros avanços.

Todas essas iniciativas pretendem melhorar significativamente não só o autoconsumo, elemento essencial da soberania alimentar, com a oferta de alimentos saudáveis e livres de agrotóxicos, como também a valorização e importância das mulheres como exemplos importante de resistência, sujeitos capazes de contribuir para um novo modo de vida, e a agroecologia foi o caminho escolhido para isso, pois “sem feminismo não há agroecologia”.



■ **Comunidade Caripi, em Igarapé-Miri**

“Antes, as árvores que estavam me incomodando eu cortava ou matava. Após a capacitação em Agroecologia eu aprendi que vou ampliar e plantar. Agrotóxico nunca mais na minha vida - Fátima - Comunidade Caripi em Igarapé - Miri.”



■ **Comunidade Santa Maria, em Santo Antônio do Tauá**

# Agroecologia é esperança

GRUPO DE TRANSNACIONAIS DOMINAM O MERCADO DE PRODUÇÃO DE ALIMENTOS, PONDO EM RISCO A VIDA

O mundo vive uma era de intensa artificialização, padronização e controle dos processos que encadeiam a produção ao consumo de alimentos promovidos por um reduzido grupo de empresas transnacionais ligadas ao setor do agronegócio, da indústria de alimentos e das redes de supermercado. O alerta é feito pela professora Vanessa Schottz, do curso de Nutrição da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e integrante do Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN) e do Grupo de Trabalho de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia.

Ela alerta: “O padrão científico-tecnológico que se afirmou com a Revolução Verde gerou crescente dependência da agricultura aos insumos industriais e a energias não renováveis e propiciou o avanço das monoculturas sobre os territórios rurais, representando uma enorme ameaça à rica agrobiodiversidade”. Vanessa frisa, ainda, que, do lado do consumo, a indústria alimentar e as grandes redes de varejo priorizam a oferta de produtos ultraprocessados de baixo valor nutricional e impõem crescentes bloqueios à capacidade de decisão dos cidadãos sobre sua própria alimentação.

Outro perigo é o chamado “nutricionismo”, um “fenômeno” atual e perverso, que concebe os alimentos como mercadoria resultante de uma simples soma de nutrientes e a alimentação como ato individualizado e desprovido de valores sociais e culturais. Esse paradigma técnico-científico abre caminho para

uma progressiva artificialização dos alimentos por meio do desenvolvimento de novas tecnologias e produtos que ampliam cada vez mais os lucros, intensificam a dependência tecnológica e promovem a desconexão dos alimentos com o tempo e o espaço.

Segundo dados da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) de 2014, mais de 800 milhões de pessoas no mundo estão cronicamente subalimentadas, o que prova que esse modelo de produção de alimentos não é capaz de superar o desafio de superar a fome no mundo, por um lado, e, por outro, tem contribuído para o vertiginoso aumento da obesidade e de outras doenças crônicas vinculadas a práticas alimentares inadequadas.

Vanessa Schottz alerta que, frente a esse grave e complexo cenário mundial de insegurança alimentar e nutricional, uma das principais soluções propostas pelos impérios alimentares é a adoção de um conjunto de ações que promovam uma agricultura sensível à nutrição. “Ocorre que, ao reiterar o paradigma do nutricionismo, esse enfoque pretende conectar agricultura, saúde e nutrição a partir de intervenções agrícolas que visam a melhorar o valor nutricional de alguns dos principais alimentos consumidos no mundo”.

Diversas iniciativas que têm como propósito reduzir a má nutrição no mundo estão em curso e são lideradas por alguns países, empresas e organizações internacionais, como a Fundação Bill e Melinda Gates e o Banco Mundial. Por vezes apoiadas pela Organização das Nações Unidas (ONU), ações como a Scaling Up Nutrition e a Nutrition for Growth têm buscado incidir sobre os governos e a sociedade civil de países do Sul com o objetivo de estabele-

cer parcerias público-privadas voltadas para o enfrentamento da má nutrição infantil e das mulheres por meio da distribuição de suplementos nutricionais industrializados enriquecidos com micronutrientes, da fortificação de alimentos e da biofortificação de sementes.

Mas há reação a esta solução, principalmente da parte de diversos movimentos e organizações sociais da agricultura familiar, povos indígenas, extrativistas, consumidores e mulheres.

Na Segunda Conferência Internacional Sobre Nutrição (CIN2), promovida pela FAO em novembro de 2014, esses grupos manifestaram-se de forma contundente contra as “falsas soluções” que vêm sendo propostas e colocadas em prática por considerarem que as mesmas reforçam as bases do atual sistema agroalimentar e a lógica da mercantilização dos alimentos, desarticulando as dimensões alimentar e nutricional.

As críticas e propostas apresentadas pela sociedade civil são destacadas por Flávio Valente no artigo “Basta de fome e má nutrição”. O autor também faz uma análise sobre os resultados finais das negociações que estiveram na pauta oficial da CIN2, identificando quais as principais lacunas e desafios.

No Brasil, o documento “A agenda de nutrição nas estratégias internacionais: iniciativas em andamento, desafios

e propostas”, elaborado para subsidiar o debate no Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), também avalia de forma crítica as iniciativas recentes para a redução da má nutrição no mundo, apontando os seguintes aspectos centrais:

- A ausência de representação legítima de grupos populares efetivamente afetados pela inse-

gurança alimentar e nutricional;

- A despolitização do debate sobre fome e desnutrição;

- O enfraquecimento do papel do Estado;

- A implementação de estratégias orientadas pelo mercado; e

- O aguçamento da desigualdade nas relações de poder.

## Brasil avança, mas ainda enfrenta grandes desafios

Para Vanessa Schottz, o êxito alcançado pelo Brasil na última década, ao conseguir reduzir a extrema pobreza, a insegurança alimentar moderada e grave e a mortalidade infantil, está relacionado à combinação do aumento continuado da renda dos segmentos mais pobres da população com o fortalecimento da agricultura familiar e com a implantação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, elaborada com ativa participação social.

Todavia, alerta Vanessa Scottz, ainda há segmentos da população que convivem com situações graves de insegurança alimentar

e nutricional, especialmente os povos e comunidades tradicionais e as populações negras, do campo e das florestas. Esse quadro preocupante, descrito no Relatório da FAO sobre o Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil, aponta para a necessidade de ações efetivas que incidam sobre as causas estruturais da pobreza e da insegurança alimentar a que essas populações estão submetidas, tais como políticas de reforma agrária, desinstituição e demarcação de terras, garantindo o acesso à terra e ao território, e políticas de ação afirmativa de gênero, raça e etnia.

“Considerando que o Direito

Humano à Alimentação Adequada (DHAA) só se concretiza quando são asseguradas as condições para que as pessoas não só estejam livres da fome, mas também tenham acesso à alimentação adequada e saudável, o Brasil, em que pese os avanços recentes, ainda tem grandes desafios pela frente. Entre eles, destacamos o que se refere à transição para um novo modelo de produção e consumo de alimentos saudáveis que respeite e promova a diversidade social, biológica e cultural”, diz Vanessa Schottz.



# de um futuro equilibrado

## Caminho para a alimentação saudável existe

Vanessa Schottz informa que no relatório “O potencial transformador do direito à alimentação”, apresentado no relatório “O potencial transformador do direito à alimentação”, apresentado em 2014 ao Conselho de Direitos Humanos da ONU, o então relator especial das Nações Unidas para o Direito Humano à Alimentação, Olivier De Schutter, afirma não ter dúvidas de que a Agroecologia é o caminho para a realização do DHAA no mundo.

De Schutter, que durante seis anos realizou missões em diferentes partes do mundo, destaca os benefícios que os sistemas de produção de alimentos de base agroecológica proporcionam em termos ambientais, sociais, à saúde e à nutrição. O relator também aponta para a maior capacidade de resiliência da Agroecologia aos efeitos das mudanças climáticas e as melhores condições de vida e de segurança alimentar e nutricional que propicia às famílias agricultoras.

**Sociobiodiversidade** - “De fato, na contracorrente do atual sistema agroalimentar, ricas experiências sociais disseminam-se no mundo todo como uma expressão da luta pelo DHAA. Entre outros aspectos, elas ressaltam os estreitos vínculos existentes entre a revalorização da sociobiodiversidade e a promoção da alimentação adequada e saudável, colocando em xeque o paradigma do nutricionalismo”, diz Vanessa.

A diversificação da produção, associada à utilização de técnicas de manejo sustentável do solo e dos recursos hídricos e à baixa de-

pendência de insumos externos, garante a produção de alimentos saudáveis e nutritivos. No artigo “Alimentação ecológica: uma questão de qualidade”, assinala Vanessa, Maria Dolores Raigón analisa estudos que evidenciam que os alimentos produzidos em sistemas de base ecológica possuem melhor qualidade nutricional quando comparados com os de produção convencional, apresentando maiores concentrações de vitaminas, minerais e antioxidantes.

**Resgate** - Com sua visão sistêmica, que articula aspectos agrícolas, ecológicos e econômicos, diz Vanessa Schottz, a Agroecologia é capaz de reconectar a agricultura à nutrição, atribuindo novos significados à alimentação e aos alimentos. “Há um evidente encadernamento das ações que viabilizam a produção agroecológica de alimentos - desde o resgate de sementes, passando pelo uso racional da água até a diversificação dos sistemas agrícolas - com as ações voltadas para a valorização da produção para o autoconsumo, o resgate de culturas alimentares e a melhoria de práticas alimentares e de saúde. Há também estreita conexão com ações que tratam o mercado a partir da ótica dos consumidores, da valorização do alimento de qualidade e que produzem inovações nas políticas públicas”.

O artigo “Compras coletivas de alimentos ecológicos: caminho para o acesso à alimentação saudável”, elaborado por Julian Perez-Cassarino e colaboradores, apresenta a experiência do Grupo de Compras Coletivas de Alimentos Ecológicos da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) como uma

estratégia voltada para a construção de canais alternativos de abastecimento que aproximam consumidores e agricultores e ampliam o acesso aos alimentos agroecológicos. Ao envolver professores e alunos, a iniciativa tem propiciado ainda o fortalecimento de parcerias entre a universidade e as organizações da agricultura familiar e contribuído para a qualificação da formação acadêmica a partir da interação entre teoria e prática.

No artigo “Agrofloresta: mudanças nas práticas produtivas e hábitos alimentares”, revela Vanessa, Regina Fonini sistematiza a experiência da Cooperafloresta - Associação de Agricultores Agroflorestais de Barra do Turvo (SP) e Adrianópolis (PR), destacando a contribuição da produção agroflorestal para a promoção da alimentação adequada e saudável. O texto identifica a ocorrência de mudanças nas práticas alimentares das famílias que incorporaram estratégias de manejo agroflorestal. Essas famílias relataram que as agroflorestas possibilitaram o aumento da disponibilidade de alimentos em quantidade e variedade, seja pela prática do autoconsumo, seja pelo aumento da renda monetária, já que ampliou a capacidade de aquisição de alimentos nos mercados.

**Saúde** - Vanessa frisa ainda a experiência de aproveitamento e beneficiamento de frutos do cerrado desenvolvida pela Associação Regional das Produtoras Extrativistas do Pantanal (Arpep) no sudoeste do Mato Grosso, apresentada por Francieleia Paula no artigo “Cultura Alimentar e Agroextrativismo: saúde na mesa e renda no campo”.

Diversos produtos, como pães, biscoitos, farinhas, óleos, doces e castanhas são feitos a partir de frutos de alto valor nutricional. Parte é destinada ao

autoconsumo, enquanto o restante é comercializado nas feiras e nos mercados institucionais via Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae).

“As experiências da Cooperafloresta e da Arpep demonstram que a Agroecologia, especialmente a partir do trabalho das mulheres, tem cumprido um papel fundamental para a garantia da nutrição, ao preservar e valorizar saberes e sabores que se encontram ameaçados de extinção pelo avanço das monoculturas, tais como o pequi e o babaçu”, diz Vanessa Schottz.

**Ano** - De autoria de Janneke Bruil, o artigo “Pelo fortalecimento da agricultura familiar, camponesa e indígena: recomendações do Ano Internacional da Agricultura Familiar” apresenta uma síntese do documento elaborado pelo Ileia em parceria com a FAO, diz Vanessa Schottz. “O texto ressalta a importância do Ano Internacional da Agricultura Familiar para conferir maior visibilidade ao papel estratégico desse segmento para a conservação da biodiversidade e a garantia da SAN, especialmente em um contexto de mudanças climáticas. O artigo sistematiza as principais propostas para o fortalecimento da agricultura familiar construídas ao longo de 2014 a partir do diálogo e da participação de um

conjunto diversificado de atores em eventos desde o âmbito local até o internacional”.

**Mobilização** - Por fim, revela Vanessa, a trajetória recente de articulação política e mobilização de organizações e movimentos sociais brasileiros na luta contra os agrotóxicos e pela adoção de um modelo de produção de base agroecológica capaz de fornecer alimentos saudáveis para a população é apresentada no artigo “Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida: construção da resistência brasileira ao avanço do capital no campo”.

“As experiências apresentadas evidenciam que a Agroecologia é o caminho possível e necessário para a efetiva realização do Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável”, afirma.

## Conceitos dão sentido à luta pelo direito humano à alimentação adequada

Nos últimos anos alguns movimentos sociais, fóruns e redes de consumidores e do campo da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil iniciaram um debate sobre a pertinência e a coerência das normas e padrões de qualidade dos alimentos. “Além de pautados pelo paradigma do nutricionalismo, esses parâmetros estão cada vez mais voltados para a padronização e a artificialização dos alimentos, de forma a garantir maior tempo de prateleira e melhores condições de conservação para o transporte a longas distâncias”, diz Vanessa Schottz.

Diante disso, a disputa pelo

sentido da qualidade dos alimentos é percebida como uma estratégia relevante na luta pelo DHAA, conforme atesta o seguinte trecho da Carta Política do VII Encontro Nacional do Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN):

“As organizações e redes sociais integradas ao FBSSAN manifestam seu compromisso com a atual disputa pelo sentido da qualidade dos alimentos. É preciso repensar a relação que temos com os alimentos, fortalecendo-os como elemento identitário, considerando as diferentes dimensões envolvidas sem se restringir a aspectos meramente nutricionais e sanitários. Susten-

tamos ser possível e necessário adotar uma concepção de qualidade baseada no respeito às práticas e culturas alimentares tradicionais, ao mesmo tempo em que se fornecem alimentos adequados e saudáveis à população com normativas mais inclusivas. Deste modo, amplia-se o horizonte dos olhares em torno do alimento e suas representações, possibilitando o resgate e disseminação de práticas alimentares e da culinária que preservem a cultura e a autonomia. (Carta Política do VII Encontro Nacional do FBSSAN, de 2013)”

O conceito de alimentação adequada e saudável, construído pelo Consea a partir do enfoque

intersectorial de SAN, vai além dos aspectos biológicos e sanitários, ao articulá-los com as dimensões sociais, econômicas, ambientais e culturais.

“Alimentação adequada e saudável é a realização de um direito humano básico, com a garantia ao acesso permanente e regular, de forma socialmente justa, a uma prática alimentar adequada aos aspectos biológicos e sociais dos indivíduos, de acordo com o ciclo de vida e as necessidades alimentares especiais, considerando e adequando quando necessário o referencial tradicional local. Deve atender aos princípios da variedade, qualidade, equilíbrio, moderação e prazer (sabor), às

dimensões de gênero, raça e etnia e às formas de produção ambientalmente sustentáveis, livres de contaminantes físicos, químicos e biológicos e de organismos geneticamente modificados”.

Segundo Vanessa, a adoção desse conceito pela Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), a partir de 2010, tem fortalecido a aproximação entre a nutrição e a agricultura, ao colocar em debate a estreita relação entre alimentação saudável e o modelo de produção, processamento e consumo de alimentos. E o novo Guia Alimentar para a População Brasileira, publicado em 2014, avança em relação ao guia anterior.



# Comunidade festeja produção

**EXPERIÊNCIA DA COMUNIDADE SÃO JOSÉ I, APOIADA PELO FUNDO DEMA, CONTRIBUI PARA A SEGURANÇA ALIMENTAR POR MEIO DA SUSTENTABILIDADE**

■ **Elida Galvão**  
Assessora de Comunicação do Fundo Dema

Localizada na Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, que fica a oito horas de viagem fluvial saindo de Santarém, no oeste do Pará, a comunidade São José I promoveu seu I Festival de Peixe Matrinxã no dia 18 de abril de 2015. Reunindo dezenas de pessoas de comunidades vizinhas, o festival comemorava o sucesso tanto da criação de peixe, quanto de diversas outras atividades desenvolvidas pela comunidade e que têm contribuído para a sustentabilidade ambiental, econômica e social da região.

Apoiada pelo Fundo Dema desde 2005, a São José I vem desenvolvendo ações protagonizadas pelas temáticas da agroecologia e segurança alimentar. O trabalho coletivo da comunidade tomou força naquele ano com o primeiro projeto apoiado pelo Fundo na comunidade, “Produção Agroecológi-

ca na Comunidade São José I - Rio Arapiuns”, voltado para a produção agroflorestal e a recomposição de Áreas de Conservação Permanente. Em 2012, a parceria apoiou outro projeto, “Piscicultura como Alternativa Sustentável”, voltado para a criação de peixe. Alavancando mais ainda a piscicultura, no mesmo ano o projeto “Mel e Peixe como Fontes Alternativas de Produção” foi contemplado na Segunda Chamada Pública do Fundo Dema, em parceria com o Fundo Amazônia, totalizando três projetos apoiados.

A partir do projeto de produção agroecológica, a comunidade conseguiu reflorestar uma área de três hectares, localizada a uma distância de 12 quilômetros do centro da comunidade. O grande potencial agrícola da terra favoreceu uma seleção natural de espécies arbóreas, que foram preservadas pelos moradores. Ainda no início do projeto, foram plantadas 100 mudas de mogno, 80 de ipê e 80 de castanha-do-Pará. Atualmente, a área encontra-se reflorestada com cedro, andiroba, cumaru, frejó, itaúba, piquiã, açai, jatobá, jacarandá, copaíba e bacaba. São espécies que oferecem frutos, óleos, madeira, além de propriedades medicinais.

Mas apesar da fertilidade da terra, durante o verão as cultu-



Matheus Otterio



Vania Carvalhinho

■ À esquerda, peixe protagoniza economia da comunidade; e área reflorestada contribui para preservação

ras sofriam com a falta de água, considerando que o igarapé mais próximo fica a três quilômetros dali. Com o reflorestamento, foi necessário implantar o sistema de

irrigação para a manutenção das culturas produzidas. Dessa forma, a parceria com o Centro de Apoio a Projetos de Ação Comunitária (Ceapac) - organização que há 25 anos

atua na região dando assistência técnica e orientação pedagógico-educacional às famílias rurais -, possibilitou a implantação do sistema de distribuição de água.

## Diversificação da produção

Além do reflorestamento, esse sistema de irrigação possibilitou que as 25 famílias da comunidade pudessem desenvolver outras experiências produtivas, como o cultivo de hortaliças, criação de aves, criação de peixes, criação de abelhas e produção de mel.

Em oito meses de atividade, a piscicultura, por exemplo, gerou uma produção de 2.800 quilos de peixe. A proposta inicial era criar tambaquis em um igarapé com barragem, mas atualmente é o matrinxã que protagoniza o sucesso da piscicultura na comunidade. Isso porque a orientação de um técnico do Instituto Chico Mendes (ICMBio), parceiro da comunidade no projeto, apontou que o tambaqui não se adaptaria à acidez da água.

Com o principal obstáculo solucionado, a projeção do empreendimento considerava não somente o aumento da renda familiar, mas também a valorização da natureza e a melhoria da qualidade de vida da população, enfrentando a insegurança alimentar com o consumo do excedente produzido.

Apesar da venda de peixe na comunidade já ter conquistado bons resultados, recentemente a Associação dos Comunitários de São José I (Ascojora) firmou o compromisso de fornecer cerca de 250 quilos de pescado por semana à peixaria mais famosa de Santarém. Não por acaso, antes do esvaziamento total do tanque, proporcional ao consumo dos peixes, foram colocados três mil alevinos no berçário

para que a ampliação do empreendimento não tenha a chance de ser interrompida.

Fortalecendo ainda mais as atividades produtivas da comunidade, a aprovação de outro projeto pelo Fundo Dema, desta vez em parceria com o Fundo Amazônia, prevê a ampliação da criação de peixe matrinxã por meio da construção da casa de criação alternativa; aumento da produção de mel de abelhas nativas, além da criação de tambaquis em gaiolas no curso do rio Arapiuns.

Ainda na fase de registro do marco zero, tendo iniciado em março de 2015, a expectativa é de construir cinco gaiolas para a criação de peixe e de que cada núcleo familiar consiga trabalhar com 50 meliponários. A casa de criação alternativa irá ajudar na retenção de gastos financeiros quanto à alimentação dos peixes. Com isso, estima-se que pelo menos 80% desta alimentação seja produzida artesanalmente com macaxeira, seringa, taperebá, acerola, carambola, entre outras.

Pautada na melhoria da qualidade de vida das famílias, a iniciativa vem remediar o risco da insegurança alimentar, já que, devido ao baixo potencial pesqueiro do rio Arapiuns, em determinados períodos do ano o peixe fica escasso demais, fazendo com que o preço do pescado se torne elevado. A criação de tambaquis em gaiolas prevê a garantia da alimentação das famílias e a comercialização a outras comunidades a preços justos e acessíveis.

## Segurança alimentar está sendo garantida

Apesar de a piscicultura ser o carro chefe da atividade econômica da comunidade, as demais também protagonizam importante papel na área da segurança alimentar e nutricional. A criação de abelhas, por exemplo, tem se fortalecido bastante e o mel produzido é comercializado puro, sem ter passado por qualquer procedimento artificial. A ideia é que este mel possa ser inserido no cardápio da merenda escolar da única escola que há na comunidade. Além disso, os manejadores de açai passaram a

considerar a importância de harmonizar o manejo florestal com a criação de abelhas sem ferrão para manter ou aumentar a produção de frutos.

O plantio de mandioca resultou na produção média mensal de 50 quilos de farinha, que abastece tanto as mesas dos produtores, quanto os lares dos moradores da capital por meio da comercialização em feiras populares. Da mesma forma ocorre com a plantação de feijão, jerimum, melancia, banana, arroz e milho. Os quin-

tais familiares abrigam também porcos, patos e galinhas, alimentadas principalmente pela produção de milho. Parte destes pequenos animais é destinada ao uso doméstico e parte comercializada.

Sendo produzida de forma ambiental, econômica e socialmente sustentável, a diversidade das culturas é orgânica e sem agrotóxicos. Além de servir como fonte alternativa de geração de renda, destina-se à alimentação das famílias da São José e de comunidades próximas.

## Reflorestamento se pauta na justiça ambiental

A prática de reflorestamento realizada pela comunidade não estava pautada somente no aumento da produção a partir do plantio de madeiras nobres, mas também na recuperação de áreas férteis para a cultura permanente e preservação do meio ambiente.

Sem a proteção das matas ciliares, os rios e nascentes tendem a sofrer a escassez de água e o consequente assoreamento. Para o desenvolvimento das culturas produzidas pela comunidade, a disponibilidade de água é fundamental. O reflorestamento às proximidades da nascente do igarapé Marauá, um afluente do rio Arapiuns, tem preservado a fonte de água que é distribuída para o sistema de irrigação e que garante o desenvolvimento das práticas agrícolas, mantendo,

inclusive, o abastecimento hídrico da barragem onde são cultivados os matrinxã.

Sem contar que as espécies arbóreas, como castanha-do-Pará, uxi, copaíba, piquiã, entre outras, geram grande quantidade de alimento, óleos e são responsáveis pela atração de dezenas de animais silvestres importantes para a cadeia alimentar, como cotia, tatu, paca, queixadas e onças.

Os objetivos dos projetos contribuem para que o equilíbrio entre o homem e a natureza seja mantido. A diversidade das culturas e o manejo florestal comunitário possibilitam o respeito ao solo e usufruto dos benefícios florestais durante o ano todo, o que garante a permanência da renda familiar diante da alternância dos produtos. Os pratos

culturais são cultivados com adubação orgânica, garantindo a qualificação dos produtos, a manutenção da saúde dos produtores e, consequentemente, dos consumidores.

Em um tempo em que os recursos naturais têm sido oficialmente explorados a custo de muita injustiça social e ambiental, a luta contra este expansionismo desenvolvimentista se faz presente nas práticas coletivas de uso sustentável da natureza e também no apoio a projetos comunitários, que, mesmo com recursos mínimos e diante da burocracia para este acesso, vêm contribuindo para a segurança alimentar no campo e na cidade e para o equilíbrio ambiental e climático não somente da Amazônia, mas do planeta.

# Rumo a Tarapoto (Peru), para o VIII Fórum Social Pan-Amazônico

O próximo Fórum Social Pan-Amazônico (FSPA) está marcado para acontecer em outubro de 2016 na cidade de Tarapoto. É uma cidade do norte oriente do Peru, capital da Província de San Martín (Departamento de San Martín), localizada a uma altitude de 250 metros às margens do rio Shilcayo, tributário do Mayo. É uma das principais metrópoles turísticas e comerciais da Amazônia Peruana, mas também área de expansão acelerada do agronegócio. Atualmente conta com uma população de mais de 118.000 habitantes segundo o censo de 2007, sendo a cidade mais populosa do Departamento de San Martín.

Romulo Torres Seoane, economista e ex-coordenador para a América Latina da Red Latindad, é um das pessoas envolvidas diretamente na construção do FSPA no Peru. Ele esteve recentemente nas sedes da Coordenadoria das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica (COICA) e da secretaria da Rede Eclesial Pan-Amazônica (Repam) em Quito (Equador), onde foram tratadas questões como a instalação do Comitê Internacional do FSPA.

Segundo Romulo Seoane, os diálogos em torno da organização do Fórum se ampliaram substancialmente. Exemplo disso foram as conversações mantidas com a Coordenadoria Andina de Organizações Indígenas (CAOI) e Red Latindad, em Bogotá (Colômbia); com representantes do Observatório Pan-Amazônico - composto por Instituto Latinoamericano para una Sociedad y un Derecho Alternativos (Ilsa) e Censat (ambos da Colômbia), Centro de Derechos Económicos y Sociales (CDES/Equador), Funda-

ção Jubileu (Bolívia); ações de intercâmbio com o Conselho Indigenista Missionário (CIMI/Acre). Também foram contatados alguns membros do Conselho Internacional do Fórum Social Mundial (FSM), em Tunes (Tunísia).

No início de maio houve uma reunião com o Comitê Local do FSPA em Tarapoto para tratar da organização da logística do evento e ao final de junho se realizará uma reunião em Lima (Peru) com a participação de organizações de vários países pan-amazônicos, visando a constituição do Comitê Nacional do FSPA e a definição do processo de construção do FSPA: determinação da data do Fórum, metodologia, divulgação etc. Além disso, se fará uma visita a Tarapoto para reuniões com entidades locais e a municipalidade. Luis Arnaldo Campos (Comitê do FSPA), Nilde Sousa (Articulação das Mulheres Brasileiras - AMB) e Guilherme Carvalho (FASE Amazônia) estarão presentes nessas atividades.

As organizações peruanas estão firmemente empenhadas em realizar um grande Fórum Social Pan-Amazônico.

A mobilização social hoje existente naquele país é enorme. As lutas de resistência contra a usurpação dos territórios por parte de mineradoras, petroleiras, madeireiras e empresas do agronegócio, entre outras, têm se dado num ambiente muito desfavorável, dado a intensa repressão contra os movimentos sociais patrocinadas pelo Estado, os ataques desferidos pela mídia corporativa e o poder judiciário e, como não poderia deixar de ser, um parlamento amplamente comprometido com os poderosos interesses econô-



micos presentes naquele país, inclusive de brasileiras, como a Eletrobras e a multinacional Odebrecht, somente para citar algumas.

Nós da Amazônia brasileira devemos nos organizar desde agora para termos uma grande representação em Tarapoto, a fim de somarmos forças com

nossos irmãos dos países vizinhos visando a construção de um novo modelo civilizatório, pois um outro mundo é possível.



## Espaço de articulação dos movimentos sociais

O FSPA é um evento-processo que busca articular os movimentos sociais, comunidades tradicionais e povos originários dos oito países da Bacia Amazônica - Brasil, Equador, Venezuela, Bolívia, República Cooperativa da Guiana, Suriname, Colômbia e o Peru - e o Departamento Ultramarino da Guiana Francesa.

O I FSPA ocorreu no ano de 2002, em Belém/PA; o II FSPA também ocorreu em Belém, no ano seguinte, 2003; o III FSPA ocorreu na Venezuela, em Ciudad Guayana, no ano de 2004; o

IV FSPA ocorreu em Manaus/AM, em 2005; o V FSPA ocorreu em Santarém, oeste do Pará/Brasil, em 2010; o VI FSPA ocorreu na cidade de Cobija/Bolívia, em 2012; o VII FSPA ocorreu na cidade de Macapá/AP, em 2014; e o VIII FSPA será realizado em Tarapoto (Peru), em 2016.

O FSPA tem como principais objetivos: aproximar culturas; quebrar o isolamento das lutas de resistência; fortalecer o combate anti-imperialista; desenvolver a autonomia dos povos; promover a justiça social e ambiental; opor-se

aos modelos de desenvolvimento predatórios e daninhos aos povos que vivem na Pan-Amazônia, e discutir alternativas que construam a justiça e a igualdade social, entre outros.

Num sentido mais amplo, é um movimento que critica o modelo colonial-extrativista imposto às populações amazônicas e levanta a bandeira de uma Pan-Amazônia governada por seus povos. O FSPA é um espaço autônomo e independente composto por movimentos, organizações sociais, representações de povos e comunidades.

# Comida de verdade no campo e na cidade: direitos e **soberania** alimentar

■ **Maria Emilia Pacheco**  
Presidenta do Consea

Neste ano teremos a 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Será em Brasília, de 3 a 6 de novembro. Seu instigante lema é: “Comida de verdade no campo e na cidade: por direitos e soberania alimentar”.

Comida está associada à memória, afeto, companhia, compartilhamento, cultura, saberes e sabores. Mas há no momento muitas ameaças ao nosso sistema alimentar. Muito de nós vêm dizendo que, cada vez mais, comer é um ato político.

Temos uma grande variedade de alimentos no país. Nossa cultura alimentar é riquíssima. São muitos os hábitos alimentares e muitas

formas de cozinhar.

Mas aumentou muito no Brasil o consumo de produtos ultraprocessados, como biscoitos recheados, refrigerantes, massas instantâneas, molhos, etc., produtos com a presença de substâncias químicas para dar o sabor artificial, a cor, a consistência, etc. e com alto teor de sódio para durarem mais tempo nas prateleiras dos supermercados. A consequência é que temos mais da metade da população com sobrepeso. Também cresce a incidência de obesidade e de doenças crônicas não transmissíveis, como diabetes e câncer.

Há um apelo enorme por parte da indústria de alimentos e por isso defendemos a regulação da publicidade do alimento e também da rotulagem.

Se falamos do alimento in natu-

ra, sabemos da contaminação de frutas, legumes e verduras pelos agrotóxicos. Por isso defendemos o agroextrativismo com as práticas de manejo florestal, o uso e conservação sustentável da biodiversidade agrícola e florestal e a agroecologia, que é baseada em outros princípios da relação com a natureza para a produção agrícola.

Sabemos que é preciso garantir que a política de agroecologia se expanda pelo país e junto dela haja uma política de abastecimento que garanta que o alimento agroecológico chegue com um preço justo nos bairros populares.

Ao mesmo tempo, precisamos nos mobilizar para que se concretize um Programa Nacional de Redução do Uso de Agrotóxicos e que cesse a liberação desenfreada dos transgênicos.

Cresce em várias cidades do país um movimento por uma Política de Agricultura Urbana que contribua para novos conceitos e práticas que se relacionam com o ordenamento territorial com propostas de mudanças nos planos diretores e que garanta às famílias alimentos de qualidade para o seu autoconsumo. São muitas frentes de luta e temas que nos mobilizam.

Celebramos o fato de o Brasil ter saído do Mapa da Fome. Mas as atuais medidas de ajuste adotadas pelo governo, gerando o crescimento do desemprego, da inflação dos alimentos, junto à expansão das monoculturas e concentração geográfica da produção de alguns alimentos básicos como o arroz, coloca-nos novamente face a enormes riscos.

A questão estrutural da qual

não podemos abrir mão se expressa na continuidade da luta pela garantia do direito à terra aos agricultores e agricultoras familiares e dos direitos territoriais dos povos indígenas, quilombolas, comunidades ribeirinhas da Amazônia, e tantas outras comunidades tradicionais pelo país.

Sem a garantia desses direitos não teremos soberania alimentar. E as ameaças atualmente de retrocessos são muitas e veem tanto do Legislativo (em relação às terras indígenas, e mudanças do código de mineração), como do Executivo (a proposta de projeto de Lei de Acesso aos Recursos Genéticos que impacta a vida dos agricultores e povos e comunidades tradicionais) e do Judiciário (com debate sobre ação de inconstitucionalidade sobre direitos dos quilombolas).

## Vamos construir a 5ª Conferência Nacional de SAN

■ **Aldebaram Moura**  
Coordenadora Adjunta da FASE Programa Amazônia

A realização da 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional em 2015 é uma grande oportunidade para a sociedade fortalecer o debate sobre o direito humano à alimentação adequada, e assim avançar em passos importantes em torno da segurança alimentar e nutricional (SAN) e de sua implementação como política pública nas esferas municipais.

A Segurança Alimentar e Nutricional compreende a realização do direito de todos e todas ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (art. 3º da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional, Losan).

Para assegurar esse direito,

foi criado o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) (Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, Losan), com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada. A construção do Sisan é fundamental para a formulação e implementação de políticas e planos de segurança alimentar e nutricional, para estimular a integração dos esforços entre governo e sociedade civil, bem como promover o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação da segurança alimentar e nutricional no país.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) são exemplos de políticas públicas que estão em execução no Brasil com a perspectiva de garantir a segurança alimentar e nutricional e trazer benefícios para a agricultura familiar.

A política de segurança alimentar tem consigo a forte presença e envolvimento da sociedade civil, especialmente dos conselhos municipais de segurança alimentar. Para isso, é importante que as organizações locais procurem informações junto

às prefeituras, se integrem ao processo de construção das conferências e quando não houver que provoquem o poder público para assumir sua responsabilidade na realização das mesmas. Dessa forma, construiremos um grande mutirão na luta por comida de verdade no campo e na cidade.

No Pará, o Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, em parceria com várias organizações, já está construindo a Conferência Estadual, que acontecerá de 12 a 14 de agosto de 2015.

## Como funcionam as conferências municipais de SAN

As conferências municipais devem anteceder a conferência estadual. É importante que os municípios realizem suas conferências municipais, em especial aqueles que têm conselho municipal, os que participaram da Oficina Territorial de SAN e os que aderiram ao Sisan. Os municípios devem informar e dialogar com o Conseans Pará a fim de que o processo das conferências municipais esteja em consonância com as suas orientações.

A conferência municipal deve servir para ampliar a reflexão e balanço dos programas, projetos, planos e ações desenvolvidas; dos desafios e oportunidades para garantia da SAN e realização do DHAA no município e sensibilizar parceiro para a agenda respectiva. Contribui com a etapa estadual. Deve ocorrer de forma articulada, mobilizando

governo e sociedade civil do município no sentido de realizar o DHAA, a soberania alimentar e a SAN.

O prazo para a realização das Conferências Municipais e/ou Regionais se encerra em 30 de junho de 2015, devendo ser comunicada previamente ao Conseans Pará (conseans\_pa@yahoo.com.br) a data da conferência municipal.

Importante destacar as seguintes questões a respeito das conferências municipais:

1. Pela lei, a atribuição é do poder executivo, ou seja, da prefeitura.

2. Caso a prefeitura não convoque a conferência, a sociedade civil organizada, no âmbito do município, pode fazê-lo, mediante validação e reconhecimento da Comissão Organizadora da IV Cesan Pará. Neste caso, recomenda-se buscar a

experiência de entidades que participaram de conferências de outras áreas (saúde, educação, assistência social, etc...), bem como parcerias para viabilizar a realização.

3. Os ônus financeiro e logístico da conferência cabem a quem a convocou. Neste caso, a sociedade civil organizada assumiria a responsabilidade pela organização e realização do evento.

4. Se houver dificuldade sobre a efetivação da convocação, é importante contatar rapidamente com o Conseans Pará (e-mail: conseans\_pa@yahoo.com.br).

■ **CONTATOS:**  
Conselho Estadual de Segurança Alimentar do Pará  
TELEFONE: 0xx-91-32334973  
EMAIL: conseans\_pa@yahoo.com.br

